

Gênero: para além da diferença sexual – Revisão da literatura¹

Martha Giudice Narvaz

Resumo: Descrevem-se, neste estudo de revisão, as principais posições teórico-epistemológicas, políticas e ideológicas do conceito de gênero em suas inscrições históricas. Apresentam-se o clássico sistema sexo-gênero, as críticas pós-estruturalistas às concepções binárias e biologicistas de gênero, bem como as críticas feministas à radicalização pós-estruturalista dos estudos de gênero, que poderiam produzir uma espécie de ‘feminismo sem mulheres’. Conclui-se que a compreensão da produção das subjetividades contemporâneas não se esgota na dualidade masculino-feminino, excedendo a questão da diferença sexual, o que tem importantes implicações a diferentes campos de estudos em psicologia.

Palavras-chave: Gênero, Diferença Sexual, Pós-Estruturalismo.

Gender: Beyond sexual difference – Literature review

Abstract: This study describes the main theoretical epistemological, political and ideological gender concepts in its historical inscriptions. We present the classical sex-gender system, the post structuralism criticism to binaries and biologics conceptions of gender, as well as feminist criticism to post structuralist gender studies radicalization is also highlighted, which could produce a kind of ‘feminism without women’. We conclude that to understanding contemporary production of subjectivities we have to transcend duality men-women, exceeding the sexual difference, what has important implications for different fields of study in psychology.

Keywords: Gender, Sexual Difference, Post Structuralism.

Introdução

O interesse pelo desnudamento da produção ideológica das construções de gênero e seus efeitos sobre as posições possíveis de serem ocupadas por homens e por mulheres nas diversas instâncias sociais vem-se constituindo como objeto de nosso interesse há alguns anos, sobretudo diante do sofrimento vivido por sujeitos, de quaisquer gêneros e orientações sexuais, que se sentem aprisionados a determinadas injunções em suas relações familiares, afetivas e sexuais. A família é, entre outros, o lugar social e simbólico no qual a diferença, especialmente a diferença sexual, é assumida como base e, ao mesmo tempo, construída como tal (Saraceno, 1997).

No entanto, homens e mulheres, apesar das normatizações que lhes são impostas pelos discursos de gênero, são capazes de resistência, subvertendo e questionando tais normatizações. Há, cabe destacar, diferentes matrizes produtoras de divergentes significações quanto ao que se concebe por gênero, o que emerge, no campo da ciência psicológica, como diferentes teorias. Uma vez que, tomadas como científicas,

¹ Este artigo faz parte dos estudos de doutorado da autora. Apoio CNPq.

as teorias regulam a produção das subjetividades e arbitram possibilidades de existência, controlando corpos, prazeres, desejos e relações (Butler, 2004), faz-se necessário resgatar a história da formação deste importante conceito. Buscamos, através desse artigo de revisão da literatura, dar visibilidade às diferentes produções discursivas sobre a categoria gênero e, assim, contribuir com a reflexão acerca dos efeitos produzidos pelas teorias e conceitos inscritos em nossas práticas, o que tem implicações importantes em nosso fazer cotidiano, sobretudo no trabalho com casais e com famílias.

O sistema “sexo-gênero”

O conceito clássico de gênero afirma que, sobre o sexo biológico e reprodutivo, é construído o gênero, sistema de características psicológicas e culturais que marcam diferenças entre homens e mulheres (Strey, 1998). A dimensão cultural do gênero, em oposição ao seu aprisionamento à Biologia, foi enunciada já em 1949, por Simone de Beauvoir, quando publicou ‘O Segundo Sexo’. O deslocamento do discurso de naturalização da condição feminina em direção à construção cultural do gênero aparece na máxima clássica de Beauvoir: ‘Não se nasce mulher, torna-se mulher’. Ela afirma que o ‘segundo sexo’ é uma metáfora da alteridade, da diferença representada pelo outro, ou seja, a ‘mulher’ é construída como ‘o outro’ do ‘Um’, o masculino (Arán, 2003; Pires, 2002). Este sujeito universal, o ‘Um’ masculino, ocupa a posição não específica, sem marcações (sexual, racial, religiosa e de classe, entre outras), daí sua pretensão de universalidade; aqueles e aquelas que são definidos (as), reduzidos(as) e marcados(as) por sua ‘diferença’, aprisionado(as) em suas especificidades, designam ‘o outro’ (Bordo, 2000; Fraisse, 1996). Isto define a posição de homens e mulheres demonstrada por Beauvoir: “O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro” (Mariano, 2005).

Enquanto o discurso de igualdade e de liberdade às mulheres, em Beauvoir, esteve mergulhado na Filosofia Humanista de Sartre (Pires, 2002), foi sob o materialismo marxista francês que a antropóloga feminista Gayle Rubin (1975) sublinhou o sistema de opressão das mulheres. Na análise da economia política das relações de trabalho, ela enfatizou o estabelecimento das relações de poder de um sexo sobre o outro, com base nas funções biológicas e reprodutivas. Estas diferenças, transpostas para a divisão sexual do trabalho, instituiriam esferas femininas privadas e masculinas públicas. Ela demonstrou as estratégias de justificação da condição de subordinação das mulheres, ancoradas no discurso das diferenças biológicas. Operando com a lógica marxista base material/superestrutura ideológica, Rubin (1975) sistematizou o chamado ‘sistema sexo-gênero’: sobre a base material do sexo biológico/reprodutivo ergueram-se as construções culturais e ideológicas do gênero. A heterossexualidade obrigatória é uma construção política, fundada no sexo biológico/reprodutivo, cuja finalidade é manter a ordem social, sexista e patriarcal. Estas perspectivas enfatizaram

a construção social e cultural do gênero, opondo-se a todo determinismo biológico. Para Monique Wittig (1976), quando designamos diferença de sexo, nós a criamos; homens e mulheres são categorias políticas, e não fatos naturais. Embora não neguem as diferenças biológicas entre homens e mulheres, evidenciam que as características psicológicas e culturais atribuídas aos gêneros – masculino e feminino – seriam arbitrária e socialmente construídas. Gênero é, portanto, uma invenção (Costa, 2003; Nogueira, 2001; Pereira, 2004).

Os estudos pós-estruturalistas de gênero

O paradigma binário do sistema sexo-gênero (sobre o qual estavam assentadas as teorias feministas liberais e eurocêtricas características das políticas de igualdade do feminismo original enunciado por Beauvoir) passou a ser questionado em meados dos anos 80 (Costa, 2003; Mariano, 2005; Nicholson, 2000). As feministas não brancas e não heterossexuais, as ‘feministas ex/cêtricas’ – fora do centro – situadas na periferia do capitalismo e da hegemonia patriarcal, racial e sexual (De Laurentis, 1987/1994), historicizaram e politizaram as raízes epistemológicas do gênero. Ainda que tenham sublinhado a dimensão cultural do gênero em oposição ao determinismo biológico, as teorias do sistema sexo-gênero não questionaram as categorias binárias e essencialistas do pensamento ocidental, quais sejam: masculino/feminino, homossexual/heterossexual (Swain, 2001). Tais teorias padecem do que Nicholson (2000, p.11) denomina “fundacionalismo”: no determinismo biológico, atributos biológicos determinam comportamentos; no fundacionalismo, sobre a base biológica são construídas diferenças entre os gêneros a partir de diferentes experiências de socialização. Os gêneros podem ser ‘essencializados’ tanto do ponto de vista biológico, quando do ponto de vista social, uma vez percebidos como construções individuais estáveis, fruto de experiências intrinsecamente diferentes vividas por homens e por mulheres.

Sob a influência do pós-estruturalismo francês, sobretudo de Michel Foucault e de Jacques Derrida, outras teóricas, dentre elas, Judith Butler (1987, 1998) e Joan Scott (1986) radicalizaram as críticas ao sistema ‘sexo-gênero’ a partir das concepções pós-estruturalistas². Gênero passa a ser concebido como efeito da linguagem, como produção discursiva inscrita em uma rede complexa de relações de poder (Scott, 1986). As relações de poder impõem-se aos sujeitos de forma sutil, através de uma complexa e difusa rede de tecnologias e de sistemas disciplinares, constituindo-se o que Foucault (1995) chamou poder disciplinar: poder e saber –

² As teorias pós-estruturalistas rompem o esquema conceitual binário e hierárquico das velhas tradições filosóficas ocidentais, questionando as categorias unitárias e universais e tornando como históricos conceitos tratados como naturais ou absolutos (Mariano, 2005).

entrelaçados – estabelecem normas para a constituição dos sujeitos, sustentando determinados modos de dominação. Esta rede opera através de discursos e de práticas, destacando-se aqui os discursos e as práticas *psi*, que normalizam e normatizam não só os modos possíveis de existência singular quanto os modos possíveis de existência social para homens e para mulheres.

As relações de poder e de dominação têm no corpo o seu lugar central, “elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhes sinais” (Foucault, 1975/2002, p.26). Este processo de constituição da subjetividade – processo de subjetivação – faz-se através do assujeitamento do sujeito aos discursos considerados verdadeiros segundo os jogos de poder-saber que constituem os regimes de verdade de determinada época (Foucault, 1991). Os processos de subjetivação – que produzem homem e mulheres, masculinos e femininos – são, portanto, discursivos, históricos e intersubjetivos. Essa produção não ocorre de uma só vez, na forma de uma totalidade acabada. O sujeito, enquanto efeito dos discursos e do poder, nunca é completamente constituído no assujeitamento. Em cada repetição inclui-se a possibilidade de subversão e de resistência aos discursos dominantes, uma vez que o poder assujeita, mas também produz resistências contra esse mesmo regime de coerções (Foucault, 1975/2002, 1995).

Butler (1998, 2003) desconstrói a categoria ‘gênero’ ao contestar a distinção entre sexo e gênero e a concepção segundo a qual gênero seria a interpretação cultural do sexo. Gênero não precisa estar necessariamente vinculado ao sexo. Tal vinculação é também uma convenção da linguagem, uma vez que a linguagem não apenas reflete, descreve ou representa a realidade, mas constitui aquilo mesmo que representa. Não só o gênero, mas também o corpo/sexo é uma construção cultural. Corpo e gênero estão intrinsecamente articulados enquanto produções discursivas, constituindo-se a um só tempo, no ato mesmo de sua enunciação: “o corpo é em si mesmo uma construção (...). Não se pode dizer que os corpos tenham uma existência inteligível anterior à marca do seu gênero” (Butler, 2003, p.26). Dado que “o que aparece exposto no corpo não é separado do discurso que o situa” (Pereira, 2005, p.133), gênero não é uma construção que se dá sobre corpos materiais e naturais preexistentes, ou seja, “o gênero não está passivamente inscrito no corpo, e tampouco é determinado pela natureza” (Butler, 1998, p.314).

Não mais construído *sobre* o sexo enquanto suposta base biológica e natural inscrita na materialidade dos corpos, o gênero é (des)construído e (des)naturalizado, passando a ser concebido como ato performático. Teatro incessante do corpo que (re) encena estilos e formas de habitar o corpo e o mundo, gênero é produzido através de práticas reiteradas, de atos e gestos que remetem a determinadas encenações performáticas. Tais performances são constantemente reafirmados ou (re)negociadas a partir de determinadas possibilidades (Butler, 1998, 2003) que instauram, em cada tempo, diferentes normas de gênero.

Assim, em cada época, determinados discursos vão instituir as possibilidades inteligíveis, legítimas e aceitáveis de ser homem ou mulher, destacando-se aqui o poder dos discursos *psi* na produção das normas de gênero. Contudo, uma vez que não há posições discursivas monolíticas, há espaço para negociações diante das prescrições de gênero. A produção disciplinar do gênero não consolida subjetividades estáveis e homogêneas, homens e mulheres completos e acabados, mas subjetividades complexas e inventadas que subvertem determinadas normas. Esta negociação ocorre dentro de determinadas possibilidades dentro um conjunto de normas às quais os sujeitos devem se submeter para serem reconhecidos como pertencentes a um determinado gênero (Butler, 2003, 2004).

Gênero: para além da diferença sexual

Joan Scott (1986), retomando a dimensão relacional, histórica e política do gênero, amplia a abrangência desta categoria de análise. Para ela, gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, ao lado de outras categorias, tais como classe social, etnia e sexualidade. Estas categorias, entrelaçadas, inscrevem-se na história da organização das relações sociais, marcando diferenças de poder entre os sujeitos. No que tange ao gênero, estas relações vêm-se organizando com base nas diferenças percebidas entre os sexos, diferenças que foram politicamente convertidas em desigualdades e assimetrias para justificar as diferenças de poder entre homens e mulheres. Concebido como o campo no seio do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado, mais do que apontar para a diferença sexual, gênero é uma maneira primordial de significar relações de poder. Gênero é uma categoria de análise que excede, portanto, a relação masculino/feminino, homens/mulheres, servindo para dar visibilidade a complexos processos culturais e redes de relações de poder que demarcam a articulação (e não a simples justaposição) entre diferentes vetores de opressão, tais como raça/etnia, classe, nacionalidade, religiosidade e sexualidade (Scott, 1986).

Gênero não é, necessariamente, a diferença fundamental entre homens e mulheres. A análise das relações de gênero deve abarcar a diferença racial, de classe e de geração nas condições históricas específicas de sua produção (Haraway, 2004). A tendência, entretanto, é de se pensar gênero como representativo dos aspectos comuns entre as mulheres (Braidotti, 2002), enquanto os demais aspectos (raça/etnia, classe, nacionalidade, religiosidade e sexualidade) aparecem como indicativos das diferenças entre elas, ou seja, das diferenças intragênero (Nicholson, 2000).

A desnaturalização e a desconstrução do gênero binário – masculino/feminino – colocaram em causa as identidades fixas e estáveis dos corpos, dos desejos e dos sujeitos (Butler, 2003), tanto de homens quanto de mulheres. As armaduras invisíveis da identidade sexual e da sexualidade heteronormativa foram desestabilizadas, desestruturando-se a categorização binária do mundo em masculino e feminino. A

noção de identidade – que pressupõe unidade, homogeneidade e estabilidade das identificações de um sujeito – despidendo-se de um sentido naturalizado e substancializado de interioridade, passa a ser pensada em termos históricos, sociais e políticos como produção de subjetividade (Prado Filho & Martins, 2007).

Desestabilizar as identidades essencialistas do sistema sexo-gênero implicou repensar a categoria ‘mulheres’, fundamento das políticas de identidade do feminismo original. O feminismo, entendido como movimento de reivindicação de direitos das mulheres, pressupõe a existência de um sujeito mulher como origem dos interesses da categoria a serem representados pelo feminismo. A existência desta mulher enquanto identidade sobre a qual se fundamentam as políticas de identidade, desnaturalizada e desconstruída, traz à cena a possibilidade de ‘um feminismo sem mulheres’. As teorias pós-estruturalistas assinalam que não existe ‘a mulher’, senão mulheres, no plural, reais e concretas, não universais, que ocupam múltiplas posições, posições estas constituídas na articulação com outras variáveis além do gênero (Costa, 2002, 2003; Mariano, 2005; Nicholson, 2000). ‘Mulheres’ é um falso e unívoco substantivo que disfarça e prejudica uma experiência de gênero variada e contraditória, ou seja, há mulheres de diferentes classes sociais, nacionalidades, que vivem suas sexualidades de diferentes formas (Wittig, 1976).

Conforme Butler (2003, p.213), “a unidade da categoria ‘mulheres’ não é pressuposta nem desejada, uma vez que fixa e restringe os próprios sujeitos que espera libertar”. A negação epistemológica de qualquer tipo de essencialismo associado ao sujeito não significa, entretanto, negação, repúdio ou ‘morte’ do sujeito, mas uma forma de interrogar as premissas dadas e universais de sua construção (Butler, 1998). A desconstrução da categoria ‘mulher’ implica sua re-significação, demarcando a historicidade e a heterogeneidade dessa construção, cuja unidade é uma ficção, ou seja, não há uma única possibilidade de existir como mulher, mas variadas possibilidades que vão se constituindo ao longo da história. ‘Mulheres’ é uma categoria que deve ser compreendida como algo que é construído discursivamente, em contextos históricos e políticos distintos (Haraway, 2004; Maluf & Costa, 2001).

A noção de ‘subjetividade nômade’ é a ficção política proposta por Rose Braidotti (2002) para articular estes eixos de diferenciação (como classe, raça, etnia, gênero e idade, entre outros) que interagem, simultaneamente, na constituição da subjetividade. Falar como uma feminista, para ela, acarreta o reconhecimento da prioridade do gênero na articulação destas relações complexas. Há que se distinguir, nesse contexto, ‘política de identidade’ de ‘política de coalizões’: a primeira implica a afirmação de uma unidade, e a segunda, a constituição de alianças formadas a partir de articulações específicas aos interesses em causa (Butler, 2003), quer sejam interesses de classe, de raça/etnia ou de gênero. Nessa linha de argumentação, a filósofa e epistemóloga feminista Sandra Harding (1986) sugere a possibilidade de se pensar em um feminismo unido em seu compromisso universal de investigar e derrubar a opressão patriarcal

contra as mulheres e, ao mesmo tempo, um feminismo plurívoco em termos de uma diversidade de movimentos que enfatizam marcadores de diferença e lutas diversas, posição à qual nos alinhamos.

Outras posições (Benhabib & Cornell, 1987; Costa, 2002; Negrão, 2002) contestam a dispersão e a volatilização das identidades e dos gêneros propostas pelos estudos pós-estruturalistas. Ao desconstruir a categoria mulheres, sujeitos políticos do feminismo, temem um ‘feminismo sem mulheres’, o que poderia resultar “na neutralização do caráter mais ‘guerreiro’ e contundente do feminismo, esvaziando-o de sua vinculação com uma história de lutas contra a subordinação das mulheres. História que é, afinal, o que de melhor temos, e talvez nossa única identidade” (Schmidt, 2004, p.19). Uma vez que as lutas das mulheres devem ser travadas pelas mulheres, ou seja, pelos sujeitos do feminismo, estas posições refutam a atomização das diferenças em favor de uma identidade positiva para as mulheres, resultante da articulação das diferenças entre as mulheres com as estruturas de dominação que produziram essas mesmas diferenças (Costa, 2003).

Cabe assinalar que a crítica a identidades essenciais não conduz, obrigatoriamente, à rejeição absoluta do conceito de identidade, se concebida como fixação parcial de identidades que têm pontos comuns. É possível trabalhar com significantes coletivos, tais como classe trabalhadora, mulheres, homens e negros, desde que tomados como identidades parciais e provisórios (Costa, 2002, 2003; Mariano, 2005; Nicholson, 2000). O que se pretende aí é desacomodar o pensamento e trabalhar, para além dos binarismos masculino/feminino, homens/mulheres, natureza/cultura, com a complexidade dos dilemas e dos paradoxos que envolvem o enigma da igualdade/diferença inscrita na categoria ‘gênero’ (Scott, 2005).

Considerações finais

As diferentes concepções da categoria ‘gênero’, constituídas a partir de diferentes posições teórico-epistemológicas, políticas e ideológicas, vêm-se modificando ao longo do tempo. Buscou-se destacar as reflexões pós-estruturalistas que, na contemporaneidade, pensam gênero como paradoxo entre igualdade e diferença não somente entre homens e mulheres, mas também entre homens e entre mulheres, articuladas a diversas outras marcações da diferença, tais como classe social, etnia, raça, geração, religiosidade e sexualidade. Compreender a complexidade da categoria analítica gênero é fundamental à compreensão dos processos de produção das subjetividades, que não podem ser reduzidas a identidades sexuadas estabilizadas no que se convencionou chamar homens e mulheres, masculino e feminino. As subjetividades são complexas, singulares, heterogêneas e se constituem a partir de diversas marcações da diferença que

excedem à diferença sexual. Há, portanto, que se desnaturalizar e problematizar tais categorias, o que não implica negar a existência de homens e de mulheres enquanto sujeitos empíricos concretos. Homens e mulheres vêm habitando seus corpos e o mundo de diferentes formas ao longo da história, desafiando, em cada tempo, nossas certezas sobre os gêneros, destacando-se aqui as possibilidades inventivas dos sujeitos de constituírem-se a si mesmos, suas parcerias afetivas, familiares e eróticas, para além da diferença apenas sexual.

Referências

- Arán, M. (2003). Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea. *Estudos Feministas*, 11(2), 399-422.
- Benhabib, S., & Cornell, D. (1987). Além da política do gênero. Em: *Feminismo como crítica da modernidade* (pp.07- 22). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Bordo, S. (2000). A feminista como o “outro”. *Estudos Feministas*, 8(1), 10-29.
- Braidotti, R. (2002). Diferença, diversidade e subjetividade nômade. *Labrys, Estudos feministas*. Disponível em: <http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys1_2/rosi1.html> Acessado: 27/12/2008.
- Butler, J. (1987). Variações sobre sexo e gênero: Beauvoir, Wittig e Foucault. Em: S. Benhabib & D. Cornell (Orgs.), *Feminismo como crítica da modernidade* (pp.139-154). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Butler, J. (1998). Fundamentos contingentes: O feminismo e a questão do “pós-modernismo”. *Cadernos Pagu*, 11, 11-42.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2004). *Undoing gender*. New York, London: Routledge.
- Costa, C. L. (2002). O sujeito no feminismo. *Cadernos Pagu*, 19, 59-90.
- Costa, C. L. (2003). Paradoxos do gênero. *Cadernos Gênero*, 4(1), 169-177.
- De Laurentis, T. (1994). A tecnologia do gênero. Em: H. B. de Hollanda (Org.), *Tendências e impasses: O feminismo como crítica da cultura* (pp.206-242). Rio de Janeiro: Rocco. (Original publicado em 1987).
- Foucault, M. (1991). *Saber y verdad*. Madrid: La Piqueta.
- Foucault, M. (1995). O sujeito e o poder. Em: H. Dreyfus & P. Rabinow (Orgs.), *Michel Foucault: Uma trajetória filosófica – além do estruturalismo e da hermenêutica* (pp.231-249). Rio de Janeiro: Forense.
- Foucault, M. (2002). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes. (Original publicado em 1975).
- Fraisse, G. (1996). *La différence des sexes*. Paris: Presse Université de France.
- Haraway, D. (2004). ‘Gênero’ para um dicionário marxista. *Cadernos Pagu*, 22, 201-246.

- Harding, S. (1986). *The science question in feminism*. Ithaca, NY: Cornell University.
- Maluf, S., & Costa, C. L. (2001). Feminismo fora do centro. *Estudos Feministas*, 9(1), 147-163.
- Mariano, S. A. (2005). O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. *Estudos Feministas*, 13(3), 483-505.
- Negrão, T. (2002). Feminismo no plural. Em: M. Tiburi, M. M. Menezes & E. Eggert (Orgs.), *As mulheres e a filosofia* (pp.271-280). São Leopoldo: UNISINOS.
- Nicholson, L. (2000). Interpretando o gênero. *Estudos Feministas*, 8(2), 9-41.
- Nogueira, C. (2001). Feminismo e discurso do gênero na psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, 13(1), 107-128.
- Pires, V. L. (2002). Questões sobre identidade e diferença. *Fragmentum*, 3, 11-28.
- Pereira, V. (2004). Gênero: Dilemas de um conceito. Em: M. N. Strey, S. T. L. Cabeda & D. R. Prehn (Orgs.), *Gênero e cultura: Questões contemporâneas* (Vol. I, pp.173-198). Coleção Gênero e Contemporaneidade. Porto Alegre: Edipucrs.
- Pereira, L. S. (2005). Estéticas da anatomia, ficções da diferença: Uma quase resenha. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, 28, 130-142.
- Prado Filho, K., & Martins, S. (2007). A subjetividade como objeto da(s) Psicologia(s). *Psicologia & Sociedade*, 19(3), 14-19.
- Rubin, G. (1975). The traffic in women: Notes on the 'political economy' of sex. Em: R. Reiter (Ed.), *Toward an anthropology of women* (pp.175-210). New York and London: Monthly Review Press.
- Saraceno, C. (1997). *Sociologia da família*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Schmidt, S. P. (2004). Como e por que somos feministas. *Estudos Feministas*, 12, 17-22.
- Scott, J. (1986). Gender: A useful category of historical analysis. *The American Historical Review*, 91(5), 1053-1101.
- Scott, J. (2005). O enigma da igualdade. *Estudos Feministas*, 13(1), 11-30.
- Strey, M. N. (1998). Gênero. Em: M. da G. C. Jacques, M. N. Strey, N. M. G. Bernardes, P. Guareschi, S. A. Carlos & T. M. G. Fonseca (Orgs.), *Psicologia social contemporânea: Livro-texto* (pp.181-198). Petrópolis: Vozes.
- Swain, T. N. (2001). Para além do binário: Os *queers* e o heterogênero. *Cadernos Gênero*, 2(1), 87-98.
- Wittig, M. (1976). *The straight mind and other essays*. Boston: Beacon Press.

Recebido em janeiro de 2010

Aprovado em maio de 2010

Martha Giudice Narvaz: Psicóloga; Doutora em Psicologia (UFRGS).

Endereço eletrônico para contato: phoenix@terra.com.br